CORREIO ECONÔMICO

Divulgação

Commodities têm a Europa como destino preferencial

UE é o principal destino das exportações nacionais

A União Europeia foi o principal destino das exportações brasileiras em abril último, cujo volume cresceu 46,2%, ante igual mês do ano passado, apontou o Indicador de Comércio Exterior (Icomex), divulgou, nessa quinta-feira (16), o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Entre os itens que responderam por essa elevação, a entidade destaca as remessas de petróleo, café não torrado e farelo de soja.

Depois da Europa, os Estados Unidos são os maiores importadores do país (22%), seguidos pela China (14%), no comparativo citado, além da Ásia - que exclui a China e o Oriente Médio) - (38,7%), ao passo que as exportações para a Argentina apresentaram recuo de 34,2%.

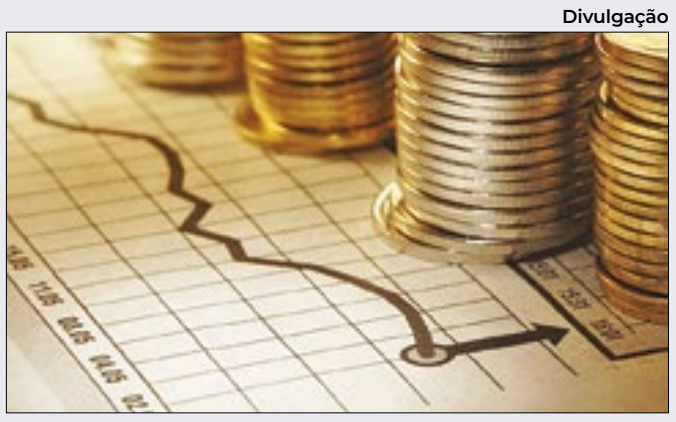
Balança positiva

Com o superávit de US$ 9 bilhões da balança comercial brasileira em abril, o saldo positivo acumulado de janeiro a abril de 2024, ante igual período de 2023, totalizou US$ 27,7 bilhões, patamar US$ 4,1 bilhões maior ao do primeiro quadrimestre do ano passado (1Q23).

China na ponta

No ranking de contribuições ao superávit nacional, por valores, a China lidera (US$ 13,9 bilhões) acima dos US$ 3,4 bilhões dos demais países asiáticos; demais países da América do Sul (US$ 2 bilhões) e EUA (US$ 412 milhões). Já a UE foi deficitária em US$ 817 milhões.

Divulgação



Indicador da FGV capta perda de ímpeto da economia

Monitor do PIB/FGV registra desaceleração da atividade

Em sinal de desaceleração, o PIB teve expansão de 0,7% no primeiro trimestre do ano, ante o trimestre anterior (4T23), observou o Monitor do PIB, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Ante o primeiro trimestre do ano passado (1T23), houve alta de 2,3%. De fevereiro a março, o indicador subiu 0,4%, mas queda, ante março de 2023.

A coordenadora do Monitor do PIB/FGV, Juliana Trece diz que "o crescimento de 0,7% da economia no primeiro trimestre, ante o trimestre anterior, foi muito disseminado na maioria das atividades econômicas e componentes da demanda".

Impacto gaúcho

Ao salientar "não ser trivial", medir o impacto do desastre ambiental no Rio Grande do Sul, Juliana assinala que, "além do efeito direto sobre a economia gaúcha, há os efeitos secundários referentes às cadeias produtivas do estado e os esforços para o seu reerguimento".

Consumo cresce

No comparativo trimestral (1T24/4T23), quanto à demanda, o consumo das famílias avançou 4,4%, devido a avanços dos setores de serviços e de bens duráveis. Já a Formação Bruta de Capital Fixo (nível de investimentos) subiu 3,4% no comparativo anual (1T24/1T23).

IGP-10 sobe

A pressão exercida no comércio atacadista pelo aumento das commodities (11,70%) e da soja (4,73%) determinou a alta de 1,08% do Índice Geral de Preços – 10 (IGP-10) em maio corrente, em contraste com o mês anterior, quando havia recuado 0,33%, informou a FGV.

Repeteco

Repetindo a alta de 0,45% da 1ª quadrissemana de maio, o Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) avançou neste mesmo percentual, na segunda leitura, segundo divulgou, nesta quinta-feira (16), a FGV. Em 12 meses, o índice acumula alta de 3,23%.

Fazenda projeta avanço maior do PIB este ano: 2,5%

Consumo interno aquecido e exportações em alta 'explicam' revisão

Por Marcello Sigwalt

Divulgação

Boletim Macrofiscal vê crescimento 'robusto' de vendas no varejo e de serviços às famílias

Em nova atualização surpreendente, a Secretaria de Política Econômicas (SPE) do Ministério da Fazenda revisou para cima a previsão de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) para este ano, que passou de 2,2% para 2,5%, de acordo com dados do Boletim Macrofiscal, divulgados nessa quinta-feira (16). Com relação a 2025, a projeção federal foi mantida em 2,8%. No caso de 2024, o argumento federal decorre da expectativa em torno do desempenho expressivo do consumo interno e do setor externo, via vantagens cambiais, que alavancam as exportações.

Segundo o Boletim Macrofiscal, "para o avanço nas estimativas de absorção doméstica, contribuíram o crescimento robusto das vendas no varejo e dos serviços prestados às famílias, o aumento na geração líquida de postos de trabalho e a expansão das concessões de crédito. Os sinais de recuperação do investimento, baseados na expansão de indicadores de atividade na construção civil e no crescimento das importações de bens de capitais, também auxiliaram nesse sentido. Para o setor externo, a perspectiva de maior contribuição reflete a depreciação cambial recente".

Levando em conta os dados da Fazenda, a conclusão é de que as expectativas do Executivo se mantêm acima daquelas emitidas pelo mercado, que não passaram de 2,09% para este ano, e de 2% para o próximo, segundo consta da última edição do boletim Focus do Banco Central (BC).

A melhoria das previsões do Executivo, contudo, ainda não contempla os impactos da calamidade do Rio Grande do Sul. "A magnitude do impacto depende da ocorrência de novos eventos climáticos, de transbordamentos desses impactos para estados próximos".

Desoneração: projeto é adiado para terça

Por Thaísa Oliveira e Adriana Fernandes (Folhapress)

A votação do projeto de lei que garante a manutenção da desoneração da folha de salários para 17 setores em 2024 e a reoneração gradual a partir de 2025 ficou para a próxima terça-feira (21), um dia depois do prazo que as empresas têm para fazer o pagamento do tributo.

O autor, senador Efraim Filho (União Brasil-PB), queria que o projeto fosse votado pelo Senado nesta quinta-feira (16), a tempo de ser aprovado também pela Câmara dos Deputados até o dia 20. A sessão, no entanto, acabou cancelada.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), espera se encontrar ainda nesta quinta com o ministro Fernando Haddad (Fazenda). O senador também cobra uma solução para a desoneração dos municípios até segunda (20), quando começa a anual Marcha dos Prefeitos, em Brasília.

Agora, a expectativa das empresas é que o ministro do STF, Cristiano Zanin suspenda, até dia 20, os efeitos da reoneração.

Na quarta (15), a AGU (Advocacia-Geral da União) pediu a suspensão por 60 dias dos efeitos da liminar de Zanin que interrompeu a prorrogação da desoneração da folha.

Se o pedido não for atendido no prazo, as empresas terão que pagar a contribuição previdenciária sem os efeitos da desoneração da folha. Na prática, será um tributo maior, com a volta da cobrança da alíquota de 20% sobre a folha de salário.

As empresas também esperam que a Receita Federal possa resolver o impasse, adiando o prazo de pagamento por cinco dias, até que a votação do projeto esteja concluída. A Fazenda, no entanto, não confirma essa possibilidade.

Amec: governança da estatal deteriorada

"Deterioração clara da governança corporativa e sinais generalizados de falta de independência do conselho de administração".

O petardo de precisão foi disparado pelo presidente da Associação de Investidores do Mercado de Capitais (Amec), Fabio Coelho, ao 'ecoar' a visão dos investidores minoritários, segundo a qual, mais uma vez, o governo descumpriu formalidades que cabem às empresas de capital aberto, no caso de mudança no comando da petroleira.

"Acompanhamos os assuntos estatais não é de hoje e o que vemos é a deterioração clara da governança corporativa e sinais generalizados de falta de independência do conselho de administração", criticou Coelho, para quem falou clareza (por parte do Executivo) para explicar, tanto a investidores, quanto aos meios oficiais, "os motivos para a saída e a entrada dos presidentes executivos da companhia".

Divulgação

Interferência na Petrobras está na raiz da 'desgovernança'

"Sem isso, a percepção de risco é muito elevada, os planos de investimentos podem ser comprometidos e parece haver mais uma rodada de interferência inadequada em assuntos iminentes", afirma o dirigente da Amec, que reúne 60 investidores institucionais (locais e estrangeiros), com mandatos de investimento em ações que totalizam R$ 900 bilhões.

Como o anúncio da troca de comando da petroleira foi o inverso do que ocorre, normalmente, com empresas privadas, a consequência imediata foi percebida, nessa quarta-feira (15), no preço das ações e de seu valor do mercado, com perdas de 6,73% e de mais de R$ 35 bilhões, respectivamente.

Entre os ingredientes do caldeirão em que o ex-presidente Jean Paul Prates foi fritado, constam divergências – como o uso político do gás natural, em vez de sua reinjeção nos poços, a título de aumentar a produção de óleo – assim como a destinação de parte do faturamento da estatal para subsidiar o preço dos combustíveis, para alegria do consumidor-eleitor, enquanto a eleição municipal não chega.

Em que pese as barreiras estatutárias, a governança da estatal também foi afetada pelas proteções definidas pela Lei das Estatais, endossadas pelo Supremo Tribunal Federal, o que contribuiu para tornar mais incerto seu futuro. (M.S.)

ANP adia processo no Porto de Santos

Stéfanie Rigamonti (Folhapress)

O diretor Fernando Moura, da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), pediu vista e paralisou, nesta quinta-feira (16), julgamento de processo que trata da autorização da operação do TRSP (Terminal de Regaseificação de São Paulo) no Porto de Santos pela Compass, empresa de gás natural da Cosan.

A decisão deu mais tempo à companhia, já que a Cosan entende que houve autorização tácita e já está operando no TRSP, que está pronto desde o início do ano, sob alegação da Lei da Liberdade Econômica.

A legislação, aprovada durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), dá aval para esse tipo de operação na ausência de manifestação do órgão regulador em um prazo de 60 dias após a empresa apresentar os documentos necessários.

A Folha de S.Paulo apurou com uma fonte da ANP que a proposta da área técnica é autorizar a operação, que leva o gás natural importado do Porto de Santos para a região metropolitana de São Paulo. A condicionante da agência, contudo, é que o gás não passe pelo gasoduto Subida da Serra.

Esse gasoduto teve a licença de instalação aprovada para a Comgás pelo estado de São Paulo por meio do decreto 65.889/2021. A distribuidora é controlada pela Compass, que seria dona do terminal de importação.

Essa da ANP diz que o motivo da condicionante de o gás não subir pelo gasoduto é técnico. Há uma decisão vigente da agência que considera o gasoduto como transporte, e não distribuição. Por isso seria preciso licenças separadas para operar o TRSP e o acesso ao Subida da Serra.